nisterio da Marinha e Colonias ou do governador geral da provincia de Angola, conforme o deposito for, respectivamente, feito na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial, a quantia de 17\$500 réis em moeda corrente.

4.ª

No caso do concorrente ser estrangeiro, deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás leis e aos tribunales portuguezes, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em territorio portuguez ha mais de seis meses.

5.ª

O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar tambem á sua proposta procuração com poderes especiaes para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter lugar.

6.ª

As propostas de preço do foro, a que se refere a condição 2.ª, serão encerradas com os documentos designados nas condições 3.ª, 4.ª e 5.ª, num sobrescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de ... no terreno sito em ..., districto de ..., na provincia de ..., a que se refere o annuncio publicado nos ... n.ºs ..., de ...».

7.ª

Serão excluidas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª d'este programma.

8.ª

Não serão consideradas quaesquer ofertas de vantagens alem da oferta de preço, que nunca poderá ser inferior á base para a hasta publica.

9.ª

Quando dois ou mais concorrentes tiverem oferecido o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances oferecidos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.ª

O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral da provincia de Angola, quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.ª

Perderá o direito á concessão e ao deposito designado na condição 3.ª o concorrente preferido que não apresentar, na Direcção Geral das Colonias ou na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola, o certificado do deposito de caução, na importancia de 105\$000 réis, feito respectivamente na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial, devendo este deposito effectuar-se no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação do despacho de adjudicação no *Boletim Official* da provincia, quando realizado na Caixa Geral de Depositos, e no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do mesmo despacho no *Boletim Official*, quando o deposito for effectuado no cofre da Fazenda provincial.

12.ª

As propostas de preço designadas na condição 2.ª e os documentos mencionados nas condições 3.ª e 4.ª deverão ser escritos em papel sellado.

Direcção Geral das Colonias, em 27 de fevereiro de 1911.—O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Condições de aforamento do terreno a que se refere o annuncio d'esta data

1.ª

A base para a hasta publica é de 300 réis por hectare.

2.ª

A adjudicação referir-se-ha somente á area de terreno sobre que não haja sido interposto impedimento pelas autoridades ultramarinas, ou reclamações de particulares cujo processo demonstre não terem fundamento, ficando o adjudicatario obrigado a adquirir, pelo preço da adjudicação, as parcelas de terreno que forem objecto de reclamações não fundamentadas.

3.ª

Os emphyteutas ficam obrigados ao cumprimento, na parte que lhes diz respeito, da carta de lei de 9 de maio de 1901 e regulamento geral provisorio de 2 de setembro do mesmo anno, na parte não alterada pelas instrucções provisórias approvadas por decreto de 30 de outubro de 1902, d'estas mesmas instrucções e do disposto no decreto de 27 de novembro de 1902.

Direcção Geral das Colonias, em 27 de fevereiro de 1911.—O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Inspeção Geral de Fazenda das Colonias

3.ª Secção

Despacho effectuado por decreto de 8 do corrente mês

José Christovam do Patrocinio de S. Francisco Xavier Pinto—aposentado no lugar de chefe de secção da Inspeção Geral de Fazenda das Colonias, com a pensão annual de 900\$000 réis, nos termos do n.º 1.º do artigo 4.º e n.º 1.º do artigo 8.º do decreto de 17 de julho de 1886.

Inspeção Geral de Fazenda das Colonias, em 9 do março de 1911.—O Inspector Geral, *Eusebio da Fonseca*.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares

Attendendo á necessidade de remunerar o trabalho extraordinario de redacção e coordenação do *Boletim Commercial*, cuja publicação mensal se effectua em cumprimento do § 1.º do artigo 5.º do decreto com força de lei de 24 de dezembro de 1901, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa ha por bem, em harmonia com as disposições contidas no artigo 52.º e seus paragrafos, da lei de 9 de setembro de 1908, autorizar o pagamento das remunerações extraordinarias propostas pelo Director Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares para os empregados incumbidos d'esses serviços, devendo a respectiva importancia ser paga pela verba inscrita para esse fim no capitulo 4.º, artigo 16.º da tabella da despesa ordinaria do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, provisoriamente em vigor, no actual anno economico, por effeito da portaria de 28 de junho do anno proximo findo.

Paços do Governo Provisorio da Republica, em 2 de março de 1911.—O Ministro dos Negocios Estrangeiros, *Bernardino Machado*.

Tendo estado durante o actual anno economico os trabalhos extraordinarios de redacção e coordenação do *Boletim Commercial*, em cumprimento do § 1.º do artigo 5.º do decreto com força de lei de 24 de dezembro de 1901, a cargo do actual Ministro Plenipotenciario de 2.ª classe, Chefe da 1.ª Repartição, Constancio Roque da Costa, do Consul de 2.ª classe Joaquim Pereira de Bettencourt e Ataíde e do Chanceller Manuel Tavares de Almeida, tenho a honra de propor a V. Ex.ª que, nos termos do artigo 52.º da lei de 9 de setembro de 1908, e pela verba especialmente inscrita para esse effeito no capitulo 4.º, artigo 16.º da tabella de despesa d'este Ministerio, provisoriamente em vigor por effeito da portaria de 28 de junho do anno proximo passado, lhes sejam respectivamente abonadas, por este serviço, as remunerações annuaes de 360\$000 réis, 240\$000 réis e 180\$000 réis.

Direcção Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares, em 2 de março de 1911.—*Augusto Frederico Rodrigues Lima*.

Conformo-me.—*Bernardino Machado*.

MINISTERIO DO FOMENTO

Direcção Geral das Obras Publicas e Minas

Repartição de Caminhos de Ferro

Tendo sido presente ao Governo Provisorio da Republica Portuguesa o pedido da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes para ser rectificado o decreto de 18 de novembro do anno findo que manda declarar de utilidade publica e urgente a expropriação de varias parcelas de terreno necessarias á construção da variante de Espinho, da linha ferrea do Norte, kilometros 314,600 e 319,540, entre as quaes se menciona a n.º 64 de areal e pinhal, situado na freguesia e concelho de Espinho, districto de Aveiro, pertencente a João Augusto da Cunha Sampaio Maia (Conde de S. João de Vêr), por só agora se reconhecer ser de 3:059^m2,85 em vez de 3:017^m2,50 a superficie a expropriar:

Ha por bem, pelo Ministerio do Fomento, ordenar que, nos termos e para os effeitos das cartas de lei de 17 de setembro de 1857, 23 de julho de 1858 e 8 de junho de 1859, seja rectificada para 3:059^m2,85 a superficie da parcela de terreno a que se refere o supracitado decreto, cuja planta baixa com o presente decreto.

Paços do Governo da Republica, em 8 de março de 1911.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos

1.ª Repartição

1.ª Divisão

Despachos effectuados nas datas abaixo mencionadas

Em decreto com data de 7 do corrente mês:

Em conformidade com o decreto de 25 de fevereiro ultimo, promovidos a primeiros aspirantes do quadro telegrapho-postal os seguintes segundos aspirantes do mesmo quadro:

Serafim José Gomes de Araujo, por antiguidade.
José de Almeida e Silva, precedendo concurso.
Custodio Joaquim de Bastos, por antiguidade.
Alvaro Nunes Branco, precedendo concurso.
Frederico Guilherme de Ceia, por antiguidade.
João Bernardo de Figueiredo, precedendo concurso.
Joaquim Felisardo da Conceição, por antiguidade.
Antonio Julio de Aguiar, precedendo concurso.
Maximo Julião Paes Junior, por antiguidade.
Cassiano Maria de Oliveira, precedendo concurso.
Augusto Lopes Filipe, por antiguidade.
Benjamin de Oliveira Jardim, precedendo concurso.
Auguste Nunes Varella, por antiguidade.
José Joaquim Alves da Mota, precedendo concurso.
Antonio Joaquim Ferreira, por antiguidade.
Honorio Emidio Teixeira, precedendo concurso.
Francisco Joaquim Aires de Carvalho Soveral, por antiguidade.
Albertino Augusto da Silva Bizarro, precedendo concurso.
Eduardo Augusto Pacheco, por antiguidade.
Ruben Dias da Conceição, precedendo concurso.
Isidoro da Costa Barbieri de Figueiredo, por antiguidade.
Alberto dos Santos Valente, precedendo concurso.

Joaquim Dias Lopes, por antiguidade.
Raul Thomás da Costa, precedendo concurso.
Luis Avelino Monteiro, por antiguidade.

(Tem o visto do Tribunal de Contas em 9 do corrente mês).

Em portarias de 8 do corrente mês:

José Francisco Cirillo de Oliveira, vigia do mar, com exercicio na estação semaphorica de Cabo do Espichel, transferido, por conveniencia de serviço, para a estação semaphorica de Oitavos.
Antonio Rodrigues Penim Junior, vigia do mar, com exercicio na estação semaphorica de Oitavos, transferido, por conveniencia de serviço, para a estação semaphorica do Cabo do Espichel.

Em despacho da mesma data:

Eduarda de Assunção Teixeira de Moraes, ajudante jornalista da estação urbana de S. Bento, transferida para a estação telegraphica central do Porto.

2.ª Divisão

Em decreto datado de 7 do corrente:

Em conformidade com o decreto de 25 de fevereiro ultimo promovidos a primeiros aspirantes do quadro dos correios de Lisboa e Porto os seguintes segundos aspirantes:

Hemeterio Luis Baptista de Oliveira, por concurso.
Francisco Henrique de Avellar Pereira, por antiguidade.
Alberto Correia da Silva, por concurso.
Alberto Caldas, por antiguidade.
Artur Alberto da Silva Sanches, por concurso.
João Maria da Silva, por antiguidade.
Jaime José Bensimon, por concurso.
João Julio da Costa, por antiguidade.
Manuel Pinto do Amaral, por concurso.
Mario Marques de Abreu, por antiguidade.
Ricardo Lambert, por concurso.
Francisco Martins de Oliveira Santos, por antiguidade.
Antonio Teixeira de Sousa Braga, por concurso.
Thomás de Aquino Pereira Eça Albuquerque Leal, por antiguidade.
Carlos Augusto Aragão e Brito, por concurso.
(Visto do Tribunal de Contas de 9 de março de 1911).

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 9 de março de 1911.—O Director Geral, *Antonio Maria da Silva*.

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição do Commercio

Por alvará de 27 de abril de 1910 foram approvados os estatutos seguintes:

Estatutos da Associação de Soccorros Mutuos A Reforma, Montepio da Classe Commercial no Porto

CAPITULO I

Sua denominação e seus fins

Artigo 1.º A Associação de Soccorros Mutuos A Reforma, Montepio da Classe Commercial no Porto, fundada pela classe commercial em 19 de agosto de 1904, passa a reger-se pelos presentes estatutos em substituição dos approvados por alvará regio de 18 de maio de 1905.

Art. 2.º A sua sede é na cidade do Porto, de onde não poderá ser transferida, e á sua area abrange o continente do reino e ilhas adjacentes, devendo os socios que residam fora d'esta cidade effectuar os seus pagamentos pela forma que lhes for indicada:

Art. 3.º Este montepio tem por fim:

1.º Satisfazer aos socios um subsidio mensal na inhabilidade permanente, depois de decorridos cinco annos de associados;

2.º Satisfazer pensões mensaes permanentes, ou de reforma, aos socios que completem sessenta annos de idade;

3.º Satisfazer subsidios unicos ou pensões mensaes á viuva do socio, aos filhos ou aos paes.

Art. 4.º Os subsidios e pensões a que se referem os numeros anteriores são satisfeitos nos termos das tabellas annexas a este estatuto e pela forma estabelecida no capitulo IV.

CAPITULO II

Classificação dos socios e sua admissão

Art. 5.º Haverá tres classe de socios:

1.º Socios fundadores;

2.º Socios ordinarios;

3.º Socios honorarios.

Art. 6.º São socios fundadores os que assinaram o estatuto primitivo e se acham inscritos nessa classe.

Art. 7.º São socios ordinarios os que foram inscritos depois de submettido aquelle estatuto á approvação superior ou que requereram a sua admissão nos termos dos artigos 10.º a 12.º

Art. 8.º São socios honorarios os que, como taes, requeriram a sua admissão, prescindindo dos subsidios e pensões a que se referem os n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do artigo 3.º d'este estatuto.

§ unico. A assembleia geral pode conceder o diploma de socio honorario ao socio fundador ou ordinario que ceda em favor do cofre do montepio qualquer importancia a que tenha direito, nunca inferior a 100\$000 réis ou faça um donativo importante ao referido cofre.

Art. 9.º A admissão dos socios é da exclusiva competencia da direcção, que deverá proceder na sua escolha com o maior escrupulo.

Art. 10.º Podem ser admittidos como socios ordinarios ou honorarios os individuos do sexo masculino, nacionaes